

Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/OlharProfr.v.12i1.057073>

**O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
NO ESTADO DO PARANÁ**

**THE NATIONAL PLAN OF EDUCATION  
AND THE YOUNG AND ADULTS  
EDUCATION IN PARANÁ STATE.**

Elaine Falcade MASCHIO \*  
Eliane Mimesse PRADO \*\*  
Maria Antônia de SOUZA \*\*\*

**Resumo:** Este artigo analisa as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação no que tange à Educação de Jovens e Adultos, especificamente no Estado do Paraná. Os dados estatísticos colhidos são originários de órgãos oficiais, que, por seu turno, pretendem cumprir metas como a “erradicação” do analfabetismo e proporcionar aos cidadãos recém-alfabetizados a continuidade da escolaridade. Tais metas, mesmo que longínquas, foram instituídas pelo Plano Nacional de Educação e devem ser alcançadas até o ano de 2010, fato que se torna a cada dia mais irreal. Também é objeto deste artigo a caracterização das políticas públicas para a EJA, através dos programas governamentais no âmbito nacional e estadual. O intuito é demonstrar que os projetos de EJA são impulsionados pela participação da sociedade civil organizada, referentes à demanda, proposição e desenvolvimento de experiências educativas, por meio das parcerias.

**Palavras-chave:** Educação. Jovens e Adultos. Legislação Educacional.

---

\* Mestre em Educação pela FIC. E-mail: [elainefalcade@uol.com.br](mailto:elainefalcade@uol.com.br)

\*\* Doutora em Educação pela UTP. E-mail: [emimesse@bol.com.br](mailto:emimesse@bol.com.br)

\*\*\* Doutora em Educação pela UTP. E-mail: [masouza@uol.com.br](mailto:masouza@uol.com.br)

**Abstract:** This article analyzes the goals established by the National Plan of Education in relation to Young and Adults Education, specifically in the state of Paraná. The sources of statistical data collected in relation to the state of Paraná are from official agencies, which intend to reach goals such as the “eradication” of illiteracy and to provide for continuity of schooling to the new educated citizens. These goals have been established by the National Plan of Education and should be reached until 2010. Unfortunately, these goals seem to become unreachable day after day. This article also discusses the features of governmental programs for Education of Young and Adults (EJA), at state and national levels. The intention is to show that EJA projects are stimulated by the participation of organized civil society by means of partnerships in terms of demand, proposition and development of educative experiences,.

**Keywords:** Education. Young and Adults. Educational Legislation.

Em 2010, encerra-se a década de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001, e os indicativos são de que o Brasil não alcançará, na totalidade, as metas propostas no documento. No ano de 2006, quinto ano de vigência do Plano, deparamo-nos com um quadro educacional bastante precário.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, os números não escondem essa realidade, mas revelam que as metas formuladas no Plano Nacional para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e também no Paraná, permanecem distantes de serem atingidas até o encerramento da década. A análise a seguir utiliza indicadores educacionais quantitativos referentes aos cinco anos de vigência do Plano. O que se pretende não é fazer uma avaliação conclusiva sobre o alcance das metas desse Plano até o momento, mas fomentar a reflexão sobre o assunto<sup>1</sup>. Os dados aqui apresentados diagnosticam e ilustram a

---

<sup>1</sup> O Seminário de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e da elaboração dos planos nos estados e municípios da Região Sul ocorreu em Porto Alegre, nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2006, e foi realizado pelo Ministério da Educação em parceria com a Comissão de

realidade educacional da modalidade da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná entre os anos de 2000 e 2006.

A elaboração do texto foi precedida de documental - Plano Nacional de Educação – e de entrevistas junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná e da Secretaria Municipal de Educação da cidade de Curitiba, além de análise de documentos do MEC/INEP, entre outros. No entanto, cabe ressaltar a dificuldade na localização de dados sobre essa modalidade. Os números encontrados representam dados aproximados que possibilitam uma análise superficial da realidade escolar atual.

Além da desatualização das informações dos órgãos oficiais, observa-se a irregularidade em apresentar os dados, impossibilitando o mapeamento e a comparação anual. Um exemplo dessa irregularidade são as tabelas de matrículas que ora aparecem em percentuais, ora em números absolutos. Outro fato relacionado a esse contexto é a inexistência dos números de alunos que recebem certificação através dos exames supletivos, bem como o mapeamento das organizações não governamentais que oferecem cursos de educação de jovens e adultos no Estado do Paraná. Essas informações certamente explicaríamos melhor o cenário educacional da modalidade, assim como fortaleceria a presente análise. A falta de dados também aponta para o não cumprimento da meta de número seis do Plano Nacional de Educação, que propõe:

Realizar, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.46).

O Plano Nacional de Educação prevê, para a Educação de Jovens e Adultos, vinte e seis metas. A primeira delas corresponde à necessidade mais urgente de nosso país: o combate ao analfabetismo. Segundo o Censo Demográfico de 2000, o Paraná tinha uma população de 15 anos e mais de 6.816.328 de pessoas, sendo 649,705 analfabetas. Em 2001, ano de aprovação do Plano Nacional, a população era de 6.996.695, sendo 604,636 analfabetas<sup>2</sup>. Mesmo havendo uma

---

Educação da Câmara dos Deputados. Participaram também da avaliação o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE), secretarias estaduais e municipais de educação e representações das entidades dos trabalhadores na educação, além do Ministério Público. O objetivo do encontro foi analisar o alcance das metas do PNE. A Região Sul sediou o último seminário regional. Em maio desse mesmo ano, o MEC promoveu seminários no Nordeste e no Centro-Oeste. Em junho, no Sudeste e em julho, no Norte.

<sup>2</sup> Dados retirados do portal: <<http://tabnet.datasus.gov.br/>>. Acesso em 26 ago. 2006.

pequena queda nos índices, e ainda considerando esse índice como média anual de redução do número de analfabetos, não chegaremos ao final dos dez anos, para cumprir essa primeira meta.

Conforme a tabela abaixo, observa-se a distribuição percentual do índice de analfabetismo, em 2000, por grupos de idade:

15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
9,5	1,6	2,4	3,4	5,4	9,8	25,3

**Fonte:** Os desafios do Plano Nacional de Educação. MEC/INEP, 2004.

O menor percentual de analfabetos é encontrado no grupo etário mais jovem. De acordo com Haddad e Di Pierro (1999), essa desagregação da estatística evidencia uma maior democratização das oportunidades educacionais das últimas décadas em detrimento aos esforços empreendidos no campo da Educação de Jovens e Adultos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2005, a população paranaense total estimada era de 10.261.856 pessoas, sendo 9,0% analfabetas<sup>3</sup>. De acordo com os dados recentes, o Brasil possui aproximadamente 16 milhões de analfabetos. Diante desse cenário, o cumprimento da primeira meta do documento é um desafio, pois pretendia:

Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.46).

A média de atendimento dos programas governamentais e dos programas em parceria com a sociedade civil é de dois a três milhões de jovens e adultos ao ano. Se somarmos essa média de atendimento entre os anos de 2001 a 2006, chegaríamos a atingir os 10 milhões de jovens e adultos analfabetos. No entanto, não poderíamos levar

<sup>3</sup> Dados retirados do INEP/PNDA 2004 (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios). <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em 26 ago. 2006.

em conta o surgimento de novos analfabetos<sup>4</sup>.

Dentre os fatores de produção social do analfabetismo mediados pelo sistema escolar, há que se considerar primeiramente o acesso e permanência na escola durante a infância e adolescência que, ainda hoje, não está assegurado a parcelas expressivas da população, com um diferencial negativo para aquela do sexo masculino... Outro fator de exclusão educacional são os elevados índices de reprovação, evasão e reingresso no sistema escolar, que resultam em acentuada defasagem na relação idade/série ideal. (HADDAD e DI PIERRO, 1999, p.5).

Visualizando essa problemática, o Plano contempla em suas metas a ampliação da oferta dessa modalidade e enfatiza que, em cinco anos, deverá ser garantida a oferta da modalidade nas séries iniciais do Ensino Fundamental a 50% da população:

Assegurar, em cinco anos, a oferta de Educação de Jovens e Adultos equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.

Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos e mais que conclui as quatro séries iniciais.

O mesmo é proposto para a Educação de Jovens e Adultos no nível médio:

Dobrar em cinco anos e quadruplicar em 10 anos a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio de EJA. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.47).

Entretanto, a expansão do número de estabelecimentos que ofertam a Educação de Jovens e Adultos vem ocorrendo de modo lento e pouco abrangente. A falta da oferta de vagas vem acarretando conseqüentemente, o surgimento de novos analfabetos e o alto índice de analfabetos funcionais. Um exemplo deste tímido crescimento pode ser analisado na cidade de Curitiba. Ao observarmos a tabela abaixo

---

<sup>4</sup> Outra medida proposta pelo Plano Nacional de Educação, de acordo com a meta nove, é a que concorre para a erradicação do analfabetismo, e determina, aos estados e municípios, a proceder um mapeamento por meio de censo educacional, da população analfabeta, de modo a, de acordo com a demanda, ofertar o ensino dessa modalidade.

O plano nacional de educação e a educação de jovens e adultos no Estado do Paraná

vemos que de 2005 a 2006, houve na rede municipal de ensino de Curitiba, um aumento de apenas seis estabelecimentos de ensino que ofertaram a modalidade no nível fundamental.

Fases	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fase I	92	98	101	107	112	118	124
Fase II	3	3	4	4	4	4	4
Total	95	101	105	111	116	122	128

**Fonte:** SME/ Departamento de Planejamento e Informações Educacionais - Fluxo de alunos 1997 a 2006. Elaboração: SME/ Departamento de Planejamento e Informações.

Esse pequeno crescimento do número de estabelecimento que ofertaram a modalidade reflete diretamente no crescimento do baixo crescimento do número de matrículas.

Em 2002, um ano após a aprovação do Plano Nacional de Educação, o número de alunos matriculados no Estado do Paraná era o seguinte:

Cursos	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
EJA – Ensino Fundamental 1ª a 4ª série	---	4.092	31.914	66	36.072
EJA – Ensino Fundamental 5ª a 8ª série	---	67.079	2.263	627	69.969
EJA – Ensino Médio	---	43.429	---	3.328	46.756

**Fonte:** Os desafios do Plano Nacional de Educação. MEC/INEP, 2004.

Em 2005, segundo os dados obtidos, percebe-se que houve um aumento no número de matrículas no nível estadual e uma queda das

<sup>5</sup> Os dados sobre a modalidade nos cursos presenciais e semipresenciais não estão explícitos nesse computo.

matrículas no nível municipal.

No ano de 2002, as matrículas na rede estadual eram de 114.600, em 2005 de 156.730 jovens e adultos. A tabela abaixo

<b>Tabela IV</b>				
Número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos _ Paraná - 2005				
Cursos	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Presencial	---	65.654	22.714	3.857
Semipresencial	---	93.076	8.965	---
Total	---	156.730	31.679	3.857

**Fonte:** MEC/INEP.2006.

apresenta as estimativas de matrículas da Educação de Jovens e Adultos no Paraná durante os anos de 2003 a 2011, com o total de matrículas necessárias para o cumprimento das três primeiras metas. No exemplo das matrículas da rede estadual, infere-se que, mesmo havendo o aumento do número de matrículas, essas não são suficientes para, de acordo com as estimativas, alcançar totalmente até o final da década as metas que garantem a oferta da educação básica a 100% da população que não conseguiu concluí-la em idade apropriada.

**Tabela V**  
Estimativas de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos – Paraná<sup>6</sup>

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Modalidade de Ensino									
Alfabetização de Adultos	161.277	161.277	161.277	161.277	---	---	---	---	---
EJA – Ensino Fundamental	129.935	166.709	218.848	293.289	337.004	387.219	444.900	511.159	---
EJA – Ensino Médio	84.391	107.859	137.606	175.312	201.875	232.389	267.440	307.702	353.952

**Fonte:** Os desafios do Plano Nacional de Educação. MEC/INEP, 2004.

<sup>6</sup> Os critérios utilizados para a elaboração das estimativas foram: 1. Alfabetização de Adultos – Foi considerada a população analfabeta de 15 anos e mais e subtraídas às matrículas relativas à EJA 2000, 2001 e 2002. 2. EJA/Ensino Fundamental – Considerou-se a duplicação de matrícula informada no Censo Escolar 2001 até o ano 2006 e quadruplicada até o ano 2011. 3. EJA/Ensino Médio – O mesmo critério da EJA/ Ensino Fundamental.

As estimativas em comparação com os dados analisados revelam a distância entre o pretendido e o realizado. Atualmente, de acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, as matrículas da Educação de Jovens e Adultos da rede estadual são as seguintes:

<b>Tabela VI</b>					
Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual – Paraná - 2006					
Educação de Jovens e Adultos Presencial			Educação de Jovens e Adultos Semipresencial (CEEBJA) <sup>7</sup>		
Fase I 1ª a 4ª	Fase II 5ª a 8ª	Fase II Ensino Médio	Fase I 1ª a 4ª	Fase II 5ª a 8ª	Fase II Ensino Médio
--	14.198	14.444	494	2.746	3.103

**Fonte:** SEED/PR. Portal <[www.diadiaeducacao.gov.pr.br](http://www.diadiaeducacao.gov.pr.br)>. Acesso em 26 ago. 2006.

Deve-se lembrar que esses números correspondem apenas ao sistema estadual de ensino, o qual detém o maior percentual. Mas, convém ressaltar que esta diferença de percentual tende a mudar, devido à municipalização do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

A evolução do número de matrículas da rede municipal de ensino na modalidade pode ser observada na tabela abaixo:

<b>Tabela VII</b>							
Número de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Curitiba.							
Fases	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Fase I	5.935	5.822	5.607	6.417	6.079	5.407	4.932
Fase II	1.910	1.618	1.515	1.766	1.580	1.620	1.610
Total	7.845	7.440	7.122	8.183	7.659	7.029	6.542

**Fonte:** SME/ Departamento de Planejamento e Informações - Fluxo Escolar 1997 a 2006 (Março). Elaboração: SME/ Departamento de Planejamento e Informações.

<sup>7</sup> A sigla CEEBJA corresponde à Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos.

Observando os percentuais da tabela, considera-se que as matrículas do ensino de Jovens e Adultos, no nível municipal, sofreram uma queda, não revelando avanços. São excluídas dessa contagem as matrículas do ensino particular, que, embora representem um número pequeno em relação às demais instâncias, colaboram para a ampliação do índice de escolarização.

Neste íterim, merece destaque na finalização desta análise, a ênfase dada pelo Plano Nacional de Educação às formas de mobilização e atuação da sociedade civil, do terceiro setor e das empresas privadas, para a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos e para a erradicação do analfabetismo.

A metas 8, 11 e 23 referem-se à contribuição dessas instâncias, bem como o trabalho voluntário na colaboração da elevação do nível de escolaridade da população e ao combate do analfabetismo.

Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos.

Estimular a concessão de créditos curriculares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de jovens e adultos.

Nas empresas públicas e privadas incentivar a criação de programas permanentes de educação de jovens e adultos para seus trabalhadores, assim como de condições para a recepção de programas de teleeducação. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p.47).

### **PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS VOLTADOS À EJA**

Algumas ações governamentais e da sociedade civil foram desenvolvidas a partir de meados do século XX e focalizaram a educação de jovens e adultos. Em 1985, foi criada a Fundação Educar. A nova fundação deveria fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos. A fundação era vinculada ao MEC e atuava com o apoio financeiro das prefeituras municipais ou associações da sociedade civil. Em 1990, com o governo Collor, a Fundação Educar foi extinta.

Foram criados, entre os anos de 1995 e 2003, alguns programas governamentais visando a organização, implementação e difusão

da Educação de Jovens e Adultos nas localidades com um maior índice de analfabetos. Em sua maior parte, esses programas atingiram os objetivos a que se propuseram, podendo-se verificar a redução nas taxas de analfabetismo das devidas localidades. Todos os programas estão em andamento, alguns apresentam melhores resultados que outros, principalmente em decorrência do corte de verbas destinadas a alguns dos programas. Os programas são: Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional (Planfor), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Programa Alfabetização Solidária (Pas), Programa de Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos e, por fim, o Programa Brasil Alfabetizado.

O Plano Nacional de Formação e Qualificação Profissional foi criado em 1995 pelo Ministério do Trabalho, a partir de parcerias com organismos governamentais e organizações da sociedade civil, tendo o Governo como articulado da rede de parceiros. Sua meta é ampliar e diversificar progressivamente a oferta de educação profissional para qualificar e requalificar anualmente 20% da população economicamente ativa. Tem, ainda, como âmbito de atuação os Planos Estaduais de Qualificação, que compreendem ações de formação profissional. Os recursos provêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Os resultados obtidos entre os anos de 1995 e 2000 são da monta de 85% dos municípios brasileiros agraciados com este plano.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi criado em 1998, a partir da participação de membros do Governo Federal, de universidades e movimentos sociais, após negociação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O objetivo deste programa é o de oferecer educação aos jovens e adultos assentados em comunidades rurais por processos de reforma agrária e propiciar que a elevação da escolaridade envolva currículos e utilize metodologias de ensino ajustadas à realidade sociocultural do campo. Os resultados obtidos entre os anos de 1998 e 2002 foram sempre abaixo das expectativas, em parte por problemas advindos de atrasos e cortes de verbas destinadas ao programa.

O Programa Alfabetização Solidária foi criado em 1996, pelo Conselho da Comunidade Solidária, organismo vinculado à Casa Civil da Presidência da República. Apresenta-se com uma campanha de alfabetização, desenvolvida mediante o estabelecimento de parcerias entre os poderes públicos federal e municipal, empresas, organizações

da sociedade civil, fundações empresariais e instituições de ensino superior. Tem como objetivo influenciar os governos locais com vistas à constituição de serviços municipais de educação de jovens e adultos. Esse programa é destinado, inicialmente, à população jovem dos municípios das regiões Norte e Nordeste, atingindo atualmente o interior dos Estados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste. O programa é coordenado por instituições de ensino superior públicas e privadas, apresentando resultados razoáveis no período entre 1997 e 2002. Houve a redução das taxas de analfabetismo nos municípios envolvidos e na ampliação no número de monitores.

O programa denominado originalmente de Recomeço passou a nomear-se, no ano de 2003, Apoio a Estados e Municípios para Educação Fundamental de Jovens e Adultos. Foi criado em 2001, visando a atender os Estados das regiões Norte e Nordeste, amparado por recursos do Fundo de Amparo à Pobreza. Define-se como um programa de apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos.

O último programa foi criado pelo atual governo, no ano de 2003 e recebeu a denominação de Programa Brasil Alfabetizado. Objetiva, por sua vez, representar a inserção dos indivíduos excluídos à cidadania. Foi estruturado visando articular o aumento da escolarização de jovens e adultos com o acesso à educação, como um direito de todos. O programa enfatiza a qualidade e o maior aproveitamento dos recursos políticos investidos na educação de jovens e adultos, e indica a necessidade de ampliar-se o período de alfabetização de seis para oito meses, incentivar a produção e difusão de livros para leitura dos recém-alfabetizados, entre outras iniciativas.

Desde 1999 vêm sendo realizados Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos em todo o país, demonstrando a organização da sociedade civil no debate da educação.

É nos anos de 1990 que a terminologia “parceria” ganha espaço na sociedade civil e política. A educação de jovens e adultos tem sido encaminhada em muitas localidades brasileiras mediante parcerias entre o poder público e a sociedade civil. Geralmente, as parcerias caracterizam-se por convênios que retratam a obrigação de cada uma das partes, ficando a cargo do governo o financiamento, da empresa ou da organização social, o encaminhamento pedagógico, e da comunidade, a organização para a participação nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Fernandes (1994) apresenta algumas características de tais parceiras, denominando de experiências do Terceiro Setor:

- Governantes recém-eleitos pedem o apoio da sociedade civil organizada para a implementação de algum projeto de importância local;
- Organizações Não-Governamentais (ONGs) competem por contratos governamentais com outras instituições públicas ou privadas – para dirigir pesquisas, para coordenar projetos, para executar segmentos de um trabalho maior;
- Agências multilaterais apoiam projetos nacionais com a condição de que organizações não-governamentais participem da sua execução;
- Grandes empresas, nacionais e multinacionais, adotam políticas de investimento social;
- - Fundações norte-americanas apoiam projetos de promoção da filantropia empresarial na América Latina. (FERNANDES, 1994, p.132).

Ainda na atualidade, a Educação de Jovens e Adultos desenvolve-se mediante projetos que são pontuais e em muitos deles os educadores são pessoas voluntárias, que têm boa vontade para ensinar a ler e escrever, mas não têm a formação para o exercício da docência, além da carência de conhecimentos escolares que poderiam fazer valer o sentido pleno da alfabetização – aprender ler, escrever e interpretar as linhas e entrelinhas de um texto escrito.

### **O FORTALECIMENTO DA EJA POR MEIO DAS AÇÕES E DEMANDAS DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA<sup>8</sup>**

Para Soares (2002, p.7), “as práticas desenvolvidas nos movimentos sociais, nas organizações não-governamentais, nos governos municipais, nas universidades foram ressignificando a educação de jovens e adultos”.

O mesmo autor permite-nos sintetizar alguns dos acontecimentos envolvendo a sociedade civil organizada, que constituem sinais da

---

<sup>8</sup> Essa discussão foi desenvolvida no livro Educação de Jovens e Adultos de Maria Antônia de Souza, 2007, que está no prelo, editora IBPEX, Curitiba.

demanda e fortalecimento da EJA. Após um período de repressão nas décadas de 1960, 1970 e meados dos anos 1980, a EJA vive uma fase de efervescência no país; pesquisas demonstram que os jovens e adultos vêm reivindicando os seus direitos e o dever do Estado; iniciativas municipais, experiências de grupos populares e organizações não-governamentais vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade brasileira, tais como: o reconhecimento do Movimento de Educação de Base, como referência, possibilitou que essa instituição representasse as ONGs do Brasil na V Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada em 1997, na Alemanha; as universidades, em especial as gratuitas, têm trazido a EJA para os seus projetos de extensão e para o âmbito da formação de professores; os governos estaduais têm criado projetos e estabelecido convênios com entidades da sociedade civil na oferta da EJA; a realização de vários encontros estaduais de EJA, a exemplo do Encontro Nacional de EJA, realizado em Natal/Rio Grande do Norte, no ano de 1996; a criação dos Fóruns de EJA (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Tocantins, Mato Grosso e Alagoas) a partir do debate empreendido na V Conferência Internacional de Educação de Adultos e realização de encontros anuais de EJA.

A Conferência Internacional de Educação de Adultos, realizada na Alemanha, constituiu um espaço público de incentivo à organização de fóruns e encontros nacionais e estaduais. No Brasil, aqueles que acompanham o debate sobre a EJA têm conhecimento de que desde 1999 foram realizados sete Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos, a saber:

I ENEJA, realizado no Rio de Janeiro em 1999, que teve como lema “Em busca de uma política integrada de EJA: articulando atores e definindo responsabilidades”;

II ENEJA, realizado em João Pessoa/Paraíba em 2000, tendo como eixo do debate o conceito de alfabetização e de parcerias;

III ENEJA, realizado em São Paulo, no ano de 2001, focalizando o tema “Plano Nacional de Educação: a quem cabe cumprir?”;

IV ENEJA, realizado em Belo Horizonte/Minas Gerais, no ano de 2002, com o tema “Cenários em mudança”, com destaque para o debate das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; das articulações dos fóruns estaduais e regionais e para a inserção da EJA nos planos estaduais e nacionais de educação;

V ENEJA, realizado em Cuiabá/Mato Grosso, no ano de 2003, tendo como lema “Educação de Jovens e Adultos: comprometimento e continuidade”;

VI ENEJA, realizado em 2004, na cidade de Porto Alegre/RS, com o tema “Políticas Públicas atuais para a EJA: financiamento, alfabetização e continuidade”;

VII ENEJA,<sup>9</sup> realizado no ano de 2005, na cidade de Luziânia/Goiás, com o tema “Diversidade na EJA: o papel do Estado e dos movimentos sociais nas políticas públicas”.

As temáticas debatidas nos sete Encontros Nacionais anunciam os caminhos percorridos pela sociedade civil no fortalecimento da EJA no Brasil. Foram tratadas questões relacionadas ao Plano Nacional de Educação; às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA; às parcerias em desenvolvimento na sociedade brasileira, envolvendo o Poder Público, entidades da sociedade civil e empresas; o conceito de alfabetização; políticas públicas; comprometimento e continuidade; diversidade; financiamento e os papéis do Estado e dos movimentos sociais nas políticas públicas.

É neste cenário de participação da sociedade civil que a EJA conquista espaço político e abrangência territorial. No entanto, ainda existem fragilidades no que se refere à formação dos profissionais para a EJA; vulnerabilidade em muitos convênios estabelecidos entre o Poder Público e as entidades da sociedade civil, especialmente no rompimento de projetos, atraso no repasse de verbas etc., gerando descontinuidades no processo educativo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos possui uma trajetória que expressa as contradições da sociedade brasileira. Ao longo de todo o século XX, os governantes fizeram discursos sobre a necessidade de “erradicação do analfabetismo”. No entanto, as ações demonstraram a pontualidade dos projetos, a descontinuidade e a fragilidade do repasse de verbas. O maior número de analfabetos está localizado no meio rural, porém as atitudes governamentais marcam o fechamento de escolas por meio do processo de nuclearização das mesmas.

<sup>9</sup> Sugerimos a leitura do Relatório Síntese do VII ENEJA disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/irede/O92005/sintese.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2006. Nele é possível constatar todas as entidades e organizações sociais que realizaram e apoiaram o referido evento.

O texto ora apresentado demonstra as origens do debate sobre a legislação educacional, em específico no que se refere à Educação de Jovens e Adultos e ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação para esta modalidade no Paraná. É evidente que as maiores conquistas (inserção da Educação de Jovens e Adultos na agenda política) ocorreram no final do século XX, fortalecidas pelo debate nacional e internacional em torno do tema “Educação para Todos”. A sociedade civil organizada tem visível papel na demanda e proposições de ações de Educação de Jovens e Adultos. Projetos citados ao longo do texto foram criados mediante a participação da sociedade civil em “parcerias” com o Estado. Porém, as parcerias precisam ser cuidadosamente analisadas, pois, num contexto de práticas políticas neoliberais, é comum a atitude de distanciamento do Estado em relação ao cumprimento da lei no que tange aos direitos sociais.

No Plano Nacional de Educação, é notória a preocupação com a erradicação do analfabetismo e com a continuidade da escolaridade. Resta analisar como os estados e municípios estão planejando as ações, as parcerias, os projetos pedagógicos, o processo de avaliação etc. No caso do Paraná, tentou-se, neste presente artigo, estabelecer a relação das metas do Plano Nacional e a visualização do seu cumprimento no cenário atual da Educação de Jovens e Adultos. Corre-se o risco da busca do cumprimento de metas numéricas e da fragilização das práticas educacionais, embora no Plano Nacional de Educação estejam previstas ações direcionadas à formação dos profissionais para a Educação de Jovens e Adultos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo: FEDESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1988.

CNE/CEB. **Parecer CEB nº 11/2000 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2000. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

Elaine Falcade MASCHIO; Eliane Mimesse PRADO; Maria Antônia de SOUZA

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**. O terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil**: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. Brasília: MEC/INEP, 1999.

INSTITUTO NACIONAL de ESTUDOS e PESQUISAS EDUCACIONAIS Anísio Teixeira. Os desafios do Plano Nacional de Educação. MEC/INEP. Brasília: 2004.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

RELATÓRIO SÍNTESE DO VII ENEJA. Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/irede/092005/sintese.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

SOARES, L. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Enviado em: 07/08/2009

Aceito em: 30/10/2009